

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Giovanna Garcez de Oliveira

**MADRE ROSA: TÁTICAS DE SOBREVIVÊNCIA DE UMA ESCRAVIZADA NO BRASIL
COLONIAL**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Professora Célia Aparecida Resende Maia Borges.

Juiz de Fora
2023

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Giovanna Garcez de Oliveira**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 202072067A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **Madre Rosa: táticas de sobrevivência de uma escravizada no Brasil Colonial**, desenvolvido durante o período de 13 de Março de 2023 a 7 de Julho de 2023 sob a orientação de **Célia Aparecida Resende Maia Borges**, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 7 de Julho de 2023.

Giovanna Garcez de Oliveira

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

Madre Rosa: táticas de sobrevivência de uma escravizada no Brasil Colonial

Giovanna Garcez de Oliveira¹

Resumo

A presente pesquisa propõe uma análise dos meios utilizados pela escravizada Rosa Maria Egipcíaca para conquistar sua alforria e ascender socialmente, recorrendo como suporte de reflexão ao conceito de tática nas práticas cotidianas do historiador Michel de Certeau. Tendo como principal fonte bibliográfica a obra “Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil”, do historiador Luiz Mott, este artigo de caráter teórico buscará expor o cenário brasileiro colonial em que viveu a beata, com destaque à condição feminina e a religiosidade como meio de alavancar a posição vivenciada no cotidiano.

Palavras-chave: Rosa Maria Egipcíaca, alforria, táticas e estratégias, condição feminina, religiosidade.

I. Introdução

Partindo de um contexto em que na Europa vivenciava-se o grande terror ao Diabo e aos “males” vindos do sexo feminino, na Colônia o imaginário não seria diferente. A moralidade patriarcal cristã, somada à exploração dos corpos negros para mão de obra escrava, tornava o Paraíso terrestre dos homens brancos um Inferno para aqueles que não se encaixassem nessa categoria. A ideia da mulher como ser impuro e defeituoso foi divulgada principalmente pelos teólogos da Igreja como demonstrou Jean Delumeau em *História do Medo no Ocidente* (DELUMEAU, 1993, p. 310-340). Ainda que os textos veiculados do Evangelho apresentem uma atitude inovadora de Jesus para com as mulheres, ao cercar-se delas e apresentar uma postura de respeito para com elas, seus seguidores não prosseguiram a mensagem do mestre (DELUMEAU, 1993, p. 314). São Paulo encontra-se na origem das representações ambíguas construídas em torno da mulher no mundo cristão (DELUMEAU, 1993, p. 315). Vários teólogos e Doutores da Igreja escreveram conferindo à mulher um papel de subalternidade e mesmo uma condição imperfeita em relação ao homem. São Tomás daria corpo a este preconceito contra a mulher ao escrever que a mulher deve obediência ao homem, visto ter sido criada mais imperfeita que o homem e este possuir mais “discernimento e razão” (DELUMEAU, 1993, p. 317). Os religiosos da Idade Média ampliaram a visão misógina herdada dos escritos anteriores e multiplicaram a aversão à representação feminina. Ao mesmo tempo que exaltaram a figura da Maria e difundiram a sua imagem em obras de arte e propagaram o culto mariano, investiram igualmente na desvalorização da sexualidade e nos perigos apresentados pela atração da mulher (DELUMEAU, 1993, p. 319). Foi justamente na Baixa Idade Média que o medo da mulher expandiu-se em uma parcela da sociedade ocidental. A identificação da mulher como agente de Satã foi disseminada por pregadores, teólogos e inquisidores, chegando esta visão à Idade Moderna no momento da expansão ultramarina.

Com a conquista da América Portuguesa os colonos trouxeram suas visões, suas crenças religiosas. A Igreja implantada na colônia aos poucos disseminou uma estrutura burocrática de controle das populações. O modelo religioso e político implantado no Brasil Colônia constituiu uma extensão de Portugal, que procurava seguir fielmente os ideais cristãos, ainda que nos trópicos já habitassem populações com suas crenças e costumes, além de que os povos trazidos do continente africano também possuíam sua própria religiosidade. Tendo isso em vista, o presente artigo analisará, com base na obra literária “Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil”, do historiador Luiz Mott (1993), juntamente de outras obras historiográficas que abordam o período colonial, a vida de uma mulher que afirmou ser uma santa e foi perseguida pela Inquisição. Buscar-se-á igualmente compreender a condição feminina na Colônia e como a religiosidade, muitas das vezes compulsória, atuava em seu cotidiano. Por meio da obra de Mott, é possível acompanhar os passos de Rosa Egipcíaca desde sua vinda forçada, como escrava, ainda criança para o Brasil, até seus dias em Lisboa, quando respondeu ao processo por heresia formal.

É preciso ressaltar que este trabalho não tem por objetivo discutir os poderes especiais que Rosa alegava ter e a atribuição da condição de santidade por parte de alguns, mas sim examinar como esse atributo foi a “ferramenta” que a tirou da condição de escravizada. Levando em consideração o enorme abismo que separava as mulheres negras das mulheres brancas, ainda que todas se encontrassem em posição de inferioridade em relação aos homens, o objetivo será analisar como Rosa utilizou do seu cotidiano, no qual se encontrava na posição de propriedade de outra pessoa e meretriz, para tornar-se uma mulher livre e respeitada entre muitos cristãos, que acreditaram na sua santidade. Partindo dos conceitos de táticas e estratégias de Michel de Certeau

¹ Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: garcez.giovanna@estudante.ufjf.br. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Célia Aparecida Resende Maia Borges.

trabalhados no livro *A Invenção do Cotidiano*, o artigo buscará evidenciar as ações dessa mulher que soube utilizar do seu aprendizado no meio social católico e vivência religiosa cristã para sobreviver nos interstícios do sistema escravocrata.

Mesmo na qualidade de mulher negra, sendo considerada inferior naquele período, Rosa tinha na religião, como as demais mulheres brancas do Brasil Colônia, um grande suporte para suportar as agruras da vida. Tendo-lhe sido negada toda liberdade e autonomia, a religiosidade era a única coisa em que podia apegar-se, podendo ter a esperança de conquistar a salvação e sair da condição miserável que lhe era imposta apenas por ter nascido mulher. Para compreender a condição de Rosa, neste artigo será abordado como a religião era o meio de controle dos homens sobre as mulheres, na mesma medida em que era também um refúgio para o sexo feminino e por meio dela se fazer presente na História. Passando pelas ruas, igrejas e recolhimentos, bem como pela historiografia que deu cenário a vida de Rosa Egipcíaca, será possível absorver uma parcela do que era vivenciado pelas mulheres da época que, embora possuíssem divergências econômicas e raciais, no fim, tinham como inimigo em comum a misoginia.

II. A morte de uma escrava meretriz e o nascer de uma santa

Enquanto na Europa os ideais do Iluminismo acerca de liberdade e igualdade tomavam os espaços, nas Colônias ainda pouco se via desse novo sonho, principalmente em se tratando dos povos africanos. No século XVIII, o tráfico negreiro ainda era grande fonte de lucro de homens de negócios que angariavam riquezas com base no comércio de homens, mulheres e crianças negras, retiradas de sua terra de origem, de suas famílias e de suas vidas, forçando-os a servirem obrigatoriamente à outra pessoa. Entretanto, foram nessas condições desumanas que Rosa Egipcíaca chegou ao Brasil em 1725, aos 6 anos de idade, na cidade do Rio de Janeiro.

Como mencionado por Luiz Mott em sua obra sobre a beata, não se tem registros acerca de sua vida antes de chegar no Brasil, sendo apenas aos 43 anos de idade, quando a mulher informou ser natural da Costa da Mina (MOTT, 1993, p. 13). Sabe-se meramente que chegou ainda criança no Brasil, já alheia de sua família, vida antiga e liberdade. De acordo com Mott (1993, p.14), os laços que Rosa construirá serão somente na sua vida adulta, quando:

[...] é que construirá sua “família espiritual”, pois, além de se tornar comadre e madrinha, terá dezenas de “filhas” em seu Recolhimento de Nossa Senhora do Parto, além de muitas outras dezenas de “filhos espirituais” e devotos no interior de Minas Gerais e na cidade do Rio de Janeiro.

Após desembarcar, Rosa foi vendida para José de Sousa de Azevedo, logo sendo batizada na Igreja da Candelária. Sabe-se que a jovem escravizada viveu em posse desse homem por oito anos, de quem sofreu abusos, o que infelizmente era considerado “comum” nesse período, visto que os homens não viam as escravas como mulheres de honra, apenas como propriedade, onde os estupros faziam parte desse cotidiano. Como lembrado por Gilberto Freyre (2003, p. 399), “não há escravidão sem depravação sexual. É da essência do mesmo regime”. Em 1733, aos 14 anos de idade, Rosa foi novamente vendida, dessa vez para Dona Ana Garcês de Morais, que morava na freguesia de Nossa Senhora do Inficionado, em Minas Gerais.

A partir desse momento, tem-se início a vida de meretriz da futura beata. Em se tratando de mulheres, a vivência na Colônia deixava a desejar, de modo que as opções muitas vezes se voltassem para a prostituição, mesmo que a moral cristã considerasse a mancebia um pecado. Muitas vezes, senhores e senhoras auferiam recursos com a venda dos corpos das mulheres. Condenada a prostituição pela Igreja, contudo o cristianismo abria exceções quanto ao sexo fora do casamento quando se tratava de homens. Como afirma Leila Algranti, “a prostituição, vista como um mal necessário - tantas vezes lembrado desde Santo Agostinho - servia (e ainda serve) como limite entre os territórios da sexualidade, como fronteira entre o que era permitido e o que era condenado” (ALGRANTI, 1992, p.139). Ou seja, em se tratando de liberação sexual para homens, isso criou uma frouxidão na moral cristã, ainda que as meretrizes fossem colocadas na mesma condição de “não-honradas”. Dessa maneira, levando em consideração a certa “liberdade” concedida em relação à prostituição, mesmo que na condição de escrava, Rosa viveu como prostituta por 15 anos, o que lhe concedeu alguns “pequenos luxos”, como roupas e enfeites.

Tendo em vista a falta de mulheres na Colônia, o comércio sexual era um tanto quanto rentável, podendo muitas vezes ser uma alternativa de “liberdade” para as escravizadas, pois como citado por Mott (1993, p.40):

A quantidade de africanas e crioulas que em pouco tempo se alforriavam, algumas chegando a possuir avultado cabedal, passando até à categoria de proprietárias de escravos, sugere-nos quão desenvolvido foi o negócio prostitucional na zona aurífera, uma alternativa importante para milhares de negras e mulatas desejosas de escaparem ao cativeiro.

Ainda que a prostituição não tenha lhe possibilitado a alforria, muitos anos depois, diante dos Inquisidores de Lisboa, Rosa contou que em 1748 recebeu sua primeira orientação divina, a qual a instruiu a abandonar a vida de meretrício e os itens obtidos neste tempo, se quisesse seguir a Deus. A partir desse momento, de acordo com Mott (1993, p.42), Rosa “distribui entre os pobres todo o ouro e vestidos que tinha adquirido com sua vida lasciva” e se faz cada vez mais distante dos pecados da luxúria, enquanto se aproxima de uma vida religiosa.

O marco dessa nova vida deu-se quando a cativa começou a apresentar sintomas de uma doença que lhe causaram dores, inchaços e desmaios, sendo através dessas enfermidades que o historiador relata ser a circunstância em que Rosa conheceu o Padre Francisco Gonçalves Lopes, quem a diagnosticou como possessa. Esse encontro é crucial para a vida da beata, que segundo Mott (1993, p. 54):

O citado Padre Francisco Gonçalves Lopes desempenhará, a partir deste encontro fortuito, papel fundamental na vida de Rosa: será seu anjo da guarda. Este velho presbítero, então com 54 anos, lhe fará os primeiros exorcismos, será seu introdutor no caminho da santidade, seu primeiro devoto e confessor. Será também seu proprietário e lhe dará a carta de alforria.

Foi a partir de então que Rosa passou a ser vista como uma “endemoniada” e criar uma relação de dependência espiritual com o Padre Francisco, também conhecido por “Padre Xota-Diabos”, responsável por exorcizar cotidianamente e educar religiosamente a mulher. Ao apresentar uma rápida evolução no conhecimento religioso, Rosa deu a conhecer que ouvia vozes e dizia ter visões, com características semelhantes aos santos canonizados. Nesse ponto, a mulher já atraía admiradores, mas também opositores, aqueles que passaram a persegui-la por feitiçaria, de modo que ela decidiu mudar-se para Rio das Mortes em 1749, com a finalidade de seguir o Padre Xota-Diabos e conseguir a alforria de sua dona (MOTT, 1993, p. 85).

Nesse período em Rio das Mortes, a “endemoniada” foi presa, açoitada e examinada por uma comissão de exorcistas, para enfim, conseguir alforria de Dona Ana Garcês e passar a ser propriedade do Padre Francisco e Pedro Arvelos, que se tornará um de seus mentores e seguidores mais fiéis. Essa etapa da vida de Rosa foi o fim de sua vida nas Minas, de modo que, em 1751, ela parte para o Rio de Janeiro, acompanhada de seus proprietários, em busca de uma nova vida e com um novo nome: Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz (MOTT, 1993, p. 161).

Ao chegar no litoral, Rosa foi acolhida pelo Convento de Santo Antônio, no qual passou a receber orientação espiritual dos franciscanos, tendo como guia Frei Agostinho de São José. Mais que orientadores, esses franciscanos tornaram-se verdadeiros devotos de Egipcíaca, como pode-se ver na obra do historiador Luiz Mott (1993, p. 240):

Rosa surge neste sacro décor como se fosse a andorinha da Arca de Noé: aos olhos do provincial dos franciscanos e de seus correligionários, a negra iluminada representava o que estava faltando nesta cidade tão carente, até hoje, do sobrenatural. [...] A Divina Providência, tão justa e magnânima com as ordens religiosas, escolhia agora os franciscanos da América Portuguesa para revelar ao mundo a sua “Flor do Rio de Janeiro” – Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz.

Tamanha era a adoração dos devotos por sua Rosa, que as orientações de suas visões eram seguidas sem pestanejar, além de que a esse ponto, a beata já dera início a sua alfabetização, sendo ela mesma responsável por registrar todos seus devaneios, visões e profecias. De acordo com o historiador que biografou a vida de Rosa (MOTT, 1993, p. 255), em uma de suas escritas por volta de 1752, ocorreu o seguinte:

Em uma ocasião em que ela escrevia sobre a Ave-maria, nas palavras ‘Santa Maria’, se lhe suspendeu o braço da pena, e, levando os olhos a um quadro da Senhora da Piedade, saiu do mesmo uma voz que dizia: ‘Mandai pedir uma esmola das Minas ao Padre João Ferreira para comprar uma casa e morardes junto com as pecadoras que

dizem ofender a Deus porque não têm uma casa para morarem.' E dando parte do referido ao seu confessor, este lhe disse escrevesse ao dito padre, porque se ele desse a esmola, era certo que a voz era da Senhora e que, se não desse, era engano.

O referido padre não negou sua participação para a concretização da visão, de modo que em 1757 fosse inaugurado o Recolhimento de Nossa Senhora do Parto. Instituições como essa eram de extrema importância para a existência das mulheres, principalmente esse recolhimento que se propunha a acolher as arrependidas por seus pecados. Ainda que Rosa ditasse as regras dentro do estabelecimento, de acordo com Mott (1993, p. 298): “[...] ela nunca foi oficialmente regente do Parto. Negra, ex-prostituta, tropegamente alfabetizada, vexada por espírito irrequieto, não oferecia as condições mínimas para merecer nomeação por parte do bispo”. Embora não fosse regente oficial, Rosa exercia autoridade no recolhimento. Contudo, isso não impediu que ela sofresse traição daqueles que acreditava serem seus fiéis; o que resultou em sua expulsão do recolhimento por sete meses. Entretanto, devido à admiração e devoção que já havia conquistado, junto de uma profecia que dizia ser portadora, com esta condição, conseguiu novamente ser projetada na categoria de “santa”. Assim, em 1759 ela estava de volta ao recolhimento (MOTT, 1993, p. 416).

O retorno da beata ao recolhimento foi seguido de grande idolatria, com direito a rituais de adoração, preces e cantos à Rosa, além de um quadro que uma das recolhidas pintou da mulher (MOTT, 1993, p. 539). As ordens de Rosa eram inquestionáveis no lugar; ela passou a ser considerada por muitos que a conheciam como a maior entre os santos, tendo o apoio do Padre Francisco para confirmar e exaltar tamanha santidade. Todavia, vale lembrar que apesar de ter seguidores, não se tratava de uma santa canonizada por Roma, de modo que em 1762, Rosa foi acusada no Palácio Episcopal por heresia formal (MOTT, 1993, p. 625). Foi presa e levada no ano seguinte, juntamente com o Padre Xota-Diabos, para Lisboa onde responderiam pelas acusações.

É a partir desse momento que a história toma rumos inimagináveis, pois o padre que tanto adorava sua santa, afirmou perante a Inquisição ter sido enganado e manipulado, sendo esse um depoimento recorrente entre os interrogados que antes eram devotos de Rosa (MOTT, 1993, p. 659). A beata continuou a afirmar até os últimos registros de seu processo que era uma santa e que nada foi fingido, contudo, grande parte de seus seguidores lhe abandonaram, inclusive aquele que foi seu guia religioso, amigo e acusado junto por heresia. Nesse ponto, chega-se ao final da história de Rosa, com o Padre Francisco que recebeu sua sentença no Auto de Fé em 1765. No ano em que foi publicada a biografia da beata, ainda nada se sabia sobre o final do inquérito, de modo que de acordo com Mott (1993, p. 724) “[...] seus primeiros anos de vida, assim como os últimos, permanecem incógnitos”. Apenas 18 anos depois da publicação é que foi encontrado o Auto de Falecimento de Rosa, afirmando que a mesma faleceu no Cárcere da Cozinha no dia 12 de Outubro de 1771, o que leva a conclusão de que a beata foi utilizada como mão-de-obra escrava, tendo em vista que foi mantida em Lisboa por todos esses anos (DAIBERT; PEREIRA, 2012, p. 89).

O livro de Luiz Mott, rico em informações sobre a vida da beata, acompanha todos os passos dados por ela e como foi revolucionária, levando em conta que era uma mulher negra, ex-escrava e meretriz, em um território e época que não via nada de bom em mulheres e pessoas negras. Sua existência foi marcante para a história das mulheres, principalmente pelo contexto em que viviam na sociedade colonial da América portuguesa.

III. Os recolhimentos e a religiosidade colonial

Para compreender a magnitude dos feitos de Rosa Maria Egípcíaca, é preciso entender minimamente a condição feminina na Colônia e como os recolhimentos contribuíam para sua subsistência, uma vez que essas instituições se tornaram um meio essencial das mulheres exercerem a religiosidade. Tendo em vista a aversão ao feminino que ascendeu na Baixa Idade Média e se estendeu para o período Moderno (DELUMEAU, 1993, p. 310-349), fazendo-se presente também nas colônias, ser uma mulher nesse período era um desafio ainda maior que nos dias atuais, principalmente uma mulher negra e escravizada, como era o caso de Rosa. O fato da beata conseguir sair de sua condição desprovida de liberdade, para tornar-se regente de um recolhimento, tratou-se de uma realização extraordinária, essencialmente se levado em consideração o cenário colonial e a relutância da Mesa de Consciência e Ordens para autorizar a fundação de recolhimentos na Colônia (MOTT, 1993, p. 268). Esta relutância, somada à escassez de mulheres brancas, fazia com que a institucionalização da vida religiosa enfrentasse dificuldades para se concretizar, além de que havia também o incentivo da Igreja para com o matrimônio como meio de disciplinar os colonos (ALGRANTI, 1992, p. 59), de modo que não fosse interessante o enclausuramento religioso de mulheres.

Mesmo que houvesse poucas mulheres para a quantidade de colonos em busca de um matrimônio, esta baixa parcela deveria ser “domada”, visto que ela representava grande ameaça para a ordem e disciplina que a Igreja almejava para seus fiéis. A partir disso, os recolhimentos e conventos passaram a ser de extrema relevância, não apenas para que algumas mulheres seguissem uma vida reclusa do mundo e dedicada apenas à religiosidade, mas também para serem educadas e preparadas para o casamento, ao exemplo da Virgem Maria. De acordo com Algranti (1992, p. 49):

O que o nascer da Idade Moderna traz de novo não é apenas o enclausuramento de mulheres pobres e ociosas - como foi amplamente estudado -, mas o surgimento de instituições leigas de reclusão destinadas à mulheres, quer fossem pobres ou ricas, visando preservar a honra e controlar a sexualidade feminina.

Todavia, a existência desses estabelecimentos só era exequível porque sua existência era do interesse dos homens. Toda a educação ministrada nos recolhimentos e conventos era definida por homens pois dependiam da hierarquia eclesiástica masculina para seu funcionamento (ALGRANTI, 1992, p. 45), mesmo que no cotidiano fossem as mulheres as responsáveis pela ordem da instituição. Apesar da Coroa não apoiar a criação desses recolhimentos religiosos, em grande parte por medo de que o excesso de padres e freiras despovoasse a Colônia e o Reino, o domínio e o controle das mulheres acabavam sendo mais relevantes, mesmo que para isso os colonos precisassem fazê-lo sem permissão. Tamanho interesse masculino nessas instituições era, em sua grande parte, pelo controle social que a vida religiosa podia exercer sobre as mulheres, mas também eram locais em que os homens abandonavam suas esposas, muitos com validação médica de que suas mulheres eram débeis e enfermas. Em se tratando do Recolhimento do Parto, mesmo que coordenado por uma mulher, tratava-se de uma instituição com doutrina rigorosa, que aplicava castigos e mantinha mulheres contra sua vontade, tornando-se uma ameaça para o sexo feminino, como é possível observar na passagem de Joaquim Manoel de Macedo na obra de Mott (1993, p. 302-303):

Não havia briga entre marido e mulher que não arrefecesse imediatamente ao pronunciar das terríveis palavras: 'Olha o Recolhimento do Parto!' O próprio incêndio desta casa, em 1789, foi atribuído, na época, à vingança de uma recolhida revoltada com sua indesejada reclusão."

O feminino estava sempre sob rígido controle masculino, desde a supervisão dos pais sobre suas filhas, até dos maridos sobre suas esposas (SILVA; CASTILHO, 2014, p. 273). Segundo Mary Del Priore (1990, p. 22): “Adestrar a mulher fazia parte do processo civilizatório, e, no Brasil, este adestramento fez-se a serviço do processo de colonização”.

Embora os recolhimentos e conventos fossem vantajosos para os homens, as mulheres acabavam conseguindo tirar algum proveito dessas instituições. Ainda que precisassem seguir as ordens dos homens sacerdotais, uma vez dentro desses estabelecimentos, as mulheres que obtinham os cargos de poder conseguiam exercer uma autoridade que não poderiam ter dentro de um matrimônio, que era a única opção que lhes restava caso não seguissem vida religiosa. Esses locais tinham uma função que ia além de apenas “domar” essas reclusas para o casamento e sociedade, eram como um refúgio para a diversidade de mulheres que viviam no Brasil. Segundo Algranti (1992, p. 358): “As instituições femininas acolheram, portanto, o produto dessas representações: beatas, ‘santas’, meninas para serem educadas nos princípios morais da época, viúvas virtuosas, mulheres desonradas e prostitutas.”

Pouco se tem registro sobre a rotina dentro do Recolhimento do Parto, contudo, concluiu-se que não deveria apresentar muitas divergências se comparado aos outros recolhimentos da época (MOTT, 1993, p. 305). Nas instituições do sudeste analisadas por Leila Algranti (1992, p. 244), tendo em vista as divergências socioeconômicas entre as mulheres que habitavam esses recolhimentos, constatou-se que manter a disciplina e o controle financeiro dentro das instituições femininas se apresentava como um grande desafio, de modo que muitas delas ficassem por conta própria. Essa autonomia que era observada em algumas instituições, era muito mais benéfica do que se submeter a um matrimônio. Para além da autonomia, mulheres como Rosa que a priori não tinham nada, estar na regência de um recolhimento e poder ter acesso aos bens necessários para sua subsistência, além de liberdade para desenvolver sua religiosidade e dons especiais, era um verdadeiro triunfo.

No entanto, deve-se atentar ao fato de que até mesmo as líderes dos recolhimentos e conventos, independente de seguirem a doutrina cristã, podiam ser acusadas de embusteiras ou mesmo de feitiçaria caso manifestassem “poderes”, assim como ocorreu com a beata que o artigo vos fala. Na mesma medida em que a Igreja defendia o poder de santidade de algumas pessoas com dons especiais através de um longo processo de beatificação e posterior canonização, ter mulheres como protagonistas no meio eclesiástico era considerado inconcebível. A Igreja procurava atentamente aqueles/aquelas que transgredissem e colocassem em cheque a doutrina da instituição e pudesse desmoralizá-la. Por isso mesmo os agentes da Inquisição sempre ficaram atentos às manifestações sobrenaturais que algumas “místicas” diziam apresentar. Essas mulheres detinham uma autonomia possível dentro das instituições religiosas; podiam dedicar completamente suas vidas à religiosidade, sem, no entanto, exceder os seus “dons”, ao ponto de chamar atenção da sociedade. Um caso importante na Colônia, assim como o de Rosa, foi o de Jacinta, no Rio de Janeiro, sendo ela também de certa forma impedida de prosseguir com seus planos no meio religioso por se tratar de uma beata visionária. Observa-se a partir da passagem da obra “Honradas e Devotas” que o “bispo procurava colocar empecilhos ao sucesso da viagem de Jacinta, alertando sobre as visões, sugerindo que era impostora e que desejava a glória de ser fundadora da Ordem Carmelita no Brasil. Segundo o mesmo sacerdote, faltavam-lhe as virtudes da humildade e da obediência” (ALGRANTI, 1992, p. 352). A beata Rosa Egipcíaca também foi acusada de ser impostora, motivo pelo qual foi retirada do recolhimento que fundou e dirigiu, além de ter sido desencadeado um processo perante a Inquisição de Lisboa. Apesar disso, esses são exemplos de casos que escapavam ao controle da Igreja, fazendo com que essas religiosas místicas ultrapassassem as barreiras do gênero, ganhando destaque em um cenário que favorecia apenas aos homens.

A perseguição que sofria o sexo feminino foi algo tolerado por vários séculos, não estando isentas nem mesmo as que seguiam os dogmas do cristianismo. O fato é que não importava o que fizessem as mulheres, que cometessem heresias ou seguissem fielmente o exemplo da Virgem Maria, a sociedade masculina nunca estaria satisfeita com o protagonismo feminino. É inegável que Rosa Egipcíaca ultrapassou limites ao permitir a idolatria em seu nome e perpetuação de sua suposta santidade, principalmente dentro das paredes do Recolhimento do Parto; entretanto, esse foi o modo encontrado de se expressar e ter seguidores que confiavam em suas palavras. Esses recolhimentos se tornaram locais de sociabilidade feminina, onde através da religiosidade, dentro ou não dos conformes estabelecidos pela Igreja, a expressão cultural das mulheres se fez também presente no período colonial. Sem as manifestações sobrenaturais e a fundação do recolhimento, a trajetória de Rosa não teria tomado tantas proporções e desdobramentos, sendo cada fato ocorrido desde sua partida das Minas Gerais uma oportunidade que o acaso lhe deu para modificar seu cotidiano de forma que lhe fosse benéfica.

IV. Táticas de Rosa: de um cotidiano escravista para a conquista do sagrado

Atentando para a condição feminina no Brasil Colônia e principalmente para a condição de negra e cativa, compreende-se que a situação que Rosa Egipcíaca ocupava na sociedade, como escrava e meretriz, era a mais torpe que alguém naquele período poderia desempenhar. Ainda que o presente trabalho não tenha a intenção de discutir a veracidade dos poderes e santidade da beata, sua ascensão social, nas condições em que vivia ao chegar nas Minas Gerais para tornar-se uma “santa” para muitos e administradora de um recolhimento, poderia ser considerada um “verdadeiro milagre”. Entretanto, buscar-se-á compreender de que modo esta mulher utilizou do cotidiano, como esclarece Michel de Certeau:

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilhar), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente. [...] O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. [...] É uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. [...] O que interessa ao historiador do cotidiano é o invisível. (CERTEAU, 1996, p. 31)

Para o autor, mesmo que o cotidiano seja opressor, ele está em constante mudança, de modo que o sujeito que o vive, possa reinventá-lo a partir de práticas que são definidas pelo conceito por ele trabalhado por “táticas”. Segundo Certeau, a tática ocorre sem cálculo, se dá nas oportunidades conferidas pelo acaso do cotidiano: “Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas” (CERTEAU, 1994, p. 100). O autor também apresenta

o conceito de estratégias, que ao contrário das táticas, são efetuadas por sujeitos que detêm o poder, trata-se de ações calculadas por aqueles que possuem um lugar e o tempo calculado para sua atuação. Já as táticas, ao contrário das estratégias, são praticadas por aqueles que não detêm um lugar próprio, sendo a mais exata ausência de poder. A tática é a ação do fraco que através das brechas do sistema produz alterações em seu cotidiano.

A partir do conceito de táticas nas práticas cotidianas de Certeau, compreende-se que Rosa encontrava-se no lugar do fraco, na condição de sujeito que atua no lugar “não-próprio”, ou seja, sem autonomia e poder, de modo que dependia de brechas que as ocasiões cotidianas lhe “ofereciam” para que pudesse improvisar uma invenção do seu árduo cotidiano. No Brasil Colonial, aqueles que não fossem homens brancos, viviam no lugar que não lhes era próprio, na constante opressão cotidiana. Tudo o que a escrava representava era o que a sociedade colonial mais desprezava: a mulher, a promiscuidade e a negritude. A partir do momento em que Rosa exibiu uma manifestação sobrenatural, esse foi também o seu primeiro “golpe” como tática, tendo em vista que esta ocasião foi crucial para sua iniciação na vida religiosa. A orientação veio ao acaso, entretanto, a ação tomada com base nesse fenômeno fez com que seu cotidiano tivesse uma grande transformação, uma vez que a vida de meretriz a partir daí ficou no passado.

Sem ter a intenção de discutir o caráter dos fenômenos, se constituíram ou não poderes sobrenaturais, transtorno psicológico ou invenções, como já dito anteriormente, certo é que a vida da beata sofreu grandes mudanças, o que possibilitou uma melhoria em seu cotidiano. Após o encontro com o Padre Francisco, este mudou o seu destino e Rosa tornou-se primeiramente a “endemoniada”, o que lhe já conferiu grande fama. As visões, as possessões serviam como espetáculo para quem estivesse por perto. A dependência espiritual ao padre e a tamanha devoção religiosa que demonstrava possuir foram todos fatores essenciais para que se tornasse a mulher com dons especiais que lhe conferiam um ar de “santidade” para seus seguidores. Tornara uma pessoa que detinha o dom de conhecer a situação das almas, se condenadas ou se eleitas. Mesmo que esses episódios tivessem se sucedido de forma inconsciente, não planejados por Rosa, foi através deles que ela conseguiu sair da condição miserável em que vivia. Deve-se ter em mente que o cenário colonial era repleto de crenças religiosas do poder de Deus e o temor ao Diabo; além de que as pessoas gostavam de entreterem-se com as cenas que as “possessões” proporcionavam. O efeito que Rosa gerou naqueles que a viam foi de medo e curiosidade, fazendo dela alguém notável pela primeira vez, visto que antes era apenas mais uma escrava entre milhares deles. A beata conseguiu assim reverter a situação de humilhação e de subalternidade e emergiu da obscuridade através dos acontecimentos sobrenaturais. Dessa forma pode-se pensar no conceito de tática, trabalhado por Michel de Certeau em outro contexto, (CERTEAU, 1994, 100), como uma forma que Rosa encontrou para enfrentar o sistema, mesmo que de início fosse para ser vista como possuída pelo inimigo.

Ademais, uma vez inserida dentro do universo cristão, suas visões lhe trouxeram uma posição de maior favorecimento, de modo que não fosse apenas mais uma fiel. Ainda que alguns a acusassem de feitiçaria ou de ser embusteira, Rosa destacava-se por seus dons sobrenaturais, já não se tratava de uma mulher comum. A saída que teve de sua vida anterior, através de orientação que dizia ser divina, seguida de suas visões, a levaram a um ofício no qual sua palavra importava, suas revelações eram consideradas e seguidas, sendo a construção do Recolhimento do Parto a maior prova de que a mulher que saiu das Minas Gerais e chegou no Rio de Janeiro não se tratava mais de uma escrava desprovida de qualquer poder. Desse momento em diante, mesmo que o cenário fosse regularizado por homens da hierarquia eclesiástica, Rosa conseguiu minimamente um lugar de respeito, com o apoio dos franciscanos que lhe deram abrigo, e com o apoio do Padre Francisco e outros seguidores que espalhavam sua palavra progressivamente. A essa altura a beata não se enquadrava mais na categoria dos fracos, totalmente ausentes de poder. A primeira tática que reinventou seu cotidiano a levaria até a fundação do Recolhimento, o que lhe permitiu uma pequena fagulha de poder e autonomia dentro daquelas paredes. Mas este poder era relativo, pois a qualquer momento poderia ser-lhe retirado, visto que estava inserida em uma estrutura maior e onde nem todos acreditavam em seus poderes sobrenaturais. Assim, por tentar se impor frente a outras mulheres ali reclusas, e infligir castigos e fixar penas para as recolhidas, inverter o lugar de subordinada com base na reivindicação de escolhida, ela foi expulsa do Recolhimento.

É indiscutível a tamanha evolução que a vida de Rosa Egípcica apresentou desde o momento em que ela se tornou uma religiosa. A vida no Recolhimento do Parto, mesmo com o episódio da expulsão, proporcionou à beata um poder inimaginável para uma mulher negra no período colonial, tendo em vista a autonomia que esses recolhimentos podiam promover para as mulheres, principalmente às regentes. Ao retornar de sua expulsão, Rosa conseguiu convencer mais pessoas de sua santidade e alimentar uma idolatria à sua imagem (MOTT, 1993). Mas a reivindicação de santidade passava longe de Roma mesmo porque segundo o código canônico o processo de beatificação e posterior canonização obedecia a regras rígidas que não conferia o título a pessoas vivas e muito

menos de vida duvidosa. Diante do poder eclesiástico representado pelo bispo, a beata não passava de uma embusteira.

Embora possuísse certo poder dentro do Recolhimento, as autoridades eclesiásticas eram seus maiores inimigos e mais poderosos, levando em consideração que foram eles que deram fim a sua vida como regente, ainda que não oficial, do Recolhimento que tanto dedicou a vida.

Como afirmou Michel de Certeau, “sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas” (CERTEAU, 1994, p. 47), assim Rosa utilizou de todas as forças que lhe foram acessíveis, no lugar em que exercia seu cotidiano. As práticas cotidianas possibilitaram que saísse da condição de mulher escravizada e meretriz, para administradora de um recolhimento e ainda santa para muitos. Entende-se que a santidade que a beata acreditava ser portadora foi a tática contra a dominação vigente que a Igreja exercia, mesmo que não tenha lhe salvado do processo inquisitorial. A estratégia da Igreja era dominar as vidas e calar as vozes das mulheres, todavia, Rosa foi uma das poucas que conseguiram utilizar das crenças religiosas como tática para mudar sua condição e marcar seu nome na história.

Conclusão

Diante do exposto, foi possível captar uma parcela do que era o Brasil Colônia para as mulheres e como a religiosidade era um componente indispensável para o controle desse grupo. Percebe-se, entretanto, que a religião ainda que se apresentasse como uma ferramenta de controle social, servia como uma via dupla, visto que mulheres conseguiram ultrapassar as barreiras e se fazerem percebidas através dela. O sujeito de poder nesse cenário colonial era a Igreja, com sua estratégia de tentar deter o protagonismo feminino a todo custo, contudo, isso não foi o suficiente para impedir as táticas utilizadas por Rosa Egipcíaca de se fazer presente e modificar seu cotidiano funesto.

Junto da religiosidade, os recolhimentos eram mais do que “reformatórios” para que as mulheres se tornassem semelhantes à imagem que os homens tinham de uma esposa ou filha ideal, eles eram muitas das vezes abrigos em que essas mulheres podiam se acolher do ódio que a sociedade semeava contra elas. O feito de Rosa ter edificado uma dessas instituições, sendo ela uma negra liberta, foi um verdadeiro ato revolucionário. Carregando o peso de ser mulher e escrava, a beata utilizou da santidade como tática para tornar sua sobrevivência mais suportável, fazendo da sua vida uma grande trajetória com episódios dignos de serem marcados na história colonial. Embora as táticas sejam caracterizadas por ocorrerem no acaso, os passos dessa mulher foram calculados para remanescer na sociedade e ser o que era negado ao seu povo: uma figura relevante, soberana de si e lendária.

No processo de adotar o cristianismo e a sua salvação, Rosa Maria Egipcíaca foi um caso exemplar, pois foi salva ainda no plano terrestre. Independentemente de seu fatídico desfecho em Lisboa, sabe-se que sua vida tomou um caminho diferente daquele esperado para a população escravizada. Mesmo sendo acusada por heresia, sua socialização na fé do opressor e a projeção da imagem de sua santidade lhe possibilitaram ultrapassar os obstáculos ao utilizar de todas as ocasiões que o cotidiano lhe forneceu. Suas visões, profecias e devaneios, nada mais eram do que alimento para os cristãos que procuravam incessantemente por uma personalidade sobrenatural que amparasse e desse conforto para suas angústias cotidianas. Dessa forma, deu-lhes o que tanto almejavam, mesmo que isso tenha-lhe custado a liberdade que havia conquistado e a administração do recolhimento que tinha tanto apreço.

Referências

DELUMEAU, Jean. **História do Medo no Ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MOTT, Luiz. **Rosa Egípcia**: uma santa africana no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1993.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

DAIBERT, Robert Júnior; PEREIRA, Edmilson de Almeida. **No berço da noite**: Religião e arte em encenações de subjetividades afrodescendentes. Juiz de Fora: MAMM Ed., 2012.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e Devotas**: Mulheres da Colônia; estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste 1750-1822. 1992. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

PRIORE, Mary Del. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. 1990. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

SILVA, Leticia Ferreira; CASTILHO, Maria Augusta. Brasil colonial: as mulheres e o imaginário social. **Cordis. Mulheres na história**, São Paulo, n. 12, p. 257-279, jan./jun. 2014.